

VI CONBALF

ALFABETIZAÇÃO
E DEMOCRACIA:
DIREITO À LEITURA
E À ESCRITA

CONGRESSO
BRASILEIRO DE
ALFABETIZAÇÃO
ISSN 2763-8588

ALFABETIZAÇÃO COMO JUSTIÇA SOCIAL: o desafio de garantir a aprendizagem inicial da leitura e da escrita das crianças no contexto do pós-pandemia

Adrielle Viana Ramos¹

Maria Luisa Da Silva Braz²

Nandyara Souza Santos Sampaio³

Rosangela Alves de Oliveira Santos⁴

Eixo temático: 10. Alfabetização e pandemia: desafios, aprendizados e perspectiva

Resumo: O presente artigo visa apresentar e discutir os dados obtidos por meio do desenvolvimento do projeto de extensão “Alfabetização como justiça social: o desafio de garantir a aprendizagem inicial da leitura e da escrita aos educandos/as no contexto da pandemia da COVID – 19”, de iniciativa da UESB, *campus* de Jequié, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Jequié, através da Escola Municipal Dr. Carlos Aguiar Ribeiro. O projeto objetivou oportunizar aos/às professores/professoras da rede municipal de ensino da cidade de Jequié e aos/às futuros/futuras professores/professoras, licenciandos/licenciandas da UESB, a apropriação do método sociolinguístico de alfabetização como estratégia coerente e eficaz do ensino da língua escrita. Trata-se de uma investigação de abordagem qualitativa, do tipo pesquisa-formação, na qual adotamos como dispositivo de produção dos dados a análise documental, feita a partir das escritas das crianças matriculadas em uma turma do 3º ano do Ensino Fundamental e das anotações no diário de campo dos extensionistas referentes ao diagnóstico de leitura dos/das alfabetizando/as. Com os resultados encontrados, pudemos constatar que o projeto de extensão cooperou para: a elevação dos níveis de proficiência de escrita e leitura das crianças; o processo de desenvolvimento profissional das professoras da educação básica; o fortalecimento do vínculo da Universidade com a escola pública; a aproximação da família com a escola; e, ainda, a qualificação do processo de formação inicial dos/das licenciandos/as, os quais vivenciaram uma experiência de preparação profissional por dentro da escola pública.

¹ Graduanda em Pedagogia pela UESB *campus* de Jequié. Residente do Programa de Residência Pedagógica, núcleo de Pedagogia. Auxiliar de pesquisa do NEPE PROALFA (UESB) *campus* de Jequié. Contato: adrielevianar@gmail.com

² Graduanda em Pedagogia pela UESB *campus* de Jequié. Residente do Programa de Residência Pedagógica, núcleo de Pedagogia. Auxiliar de pesquisa do NEPE PROALFA (UESB) *campus* de Jequié. Contato: marialuisa357@hotmail.com

³ Mestre em Educação pela UEFS (2015). Professora do Sistema Municipal de Ensino e da UESB *campus* de Jequié, ministrando as disciplinas Alfabetização II e Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Docente Orientadora do Programa de Residência Pedagógica, núcleo de Pedagogia. Coordenadora do NEPE PROALFA (UESB) *campus* de Jequié. Contato: nandyara.souza@uesb.edu.br

⁴ Doutoranda em Ensino pelo Programa de Pós Graduação em Ensino (PPGen) do Pólo UESB *campus* de Vitória da Conquista, vinculado ao RENOEN (Rede Nordeste de Ensino) e Professora Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Contato: rosangela.alves@uesb.edu.br

Palavras-chaves: Alfabetização; Letramento; Método Sociolinguístico; Recomposição das aprendizagens; Educação como direito humano.

Introdução

A aprendizagem inicial da leitura e da escrita se constitui num desafio para as redes de ensino, conforme pode ser observado nas avaliações externas realizadas em nível internacional e nacional. Em que pese o Brasil ter alcançado uma taxa de 98,6% na escolarização dos estudantes na faixa etária do Ensino Fundamental (6 a 14 anos), no ano de 2015, o acesso à escola não resultou em aprendizagens consolidadas, principalmente se pensarmos no domínio da língua escrita, o qual é condição para a permanência de forma efetiva na escola. Como afirma Soares (2020), a taxa de universalização do acesso ao Ensino Fundamental não resultou, de maneira direta, na democratização da educação, vez que a qualidade do ensino ainda é bastante rudimentar no Brasil, fazendo com que o Estado perpetue e aprofunde uma dívida educacional histórica com a população brasileira (FERRARO, 2014).

Dentre os aspectos que contribuem para a baixa efetividade do ensino da língua escrita, destacamos a pretensa disputa entre o ensino espontâneo/indireto e o ensino explícito/sistematizado, que marcou de maneira profunda as teorias e as práticas dos/das professores/as alfabetizadores/as depois da chegada da Psicogênese da Língua Escrita no Brasil (FERREIRO e TEBEROSKY, 1999).

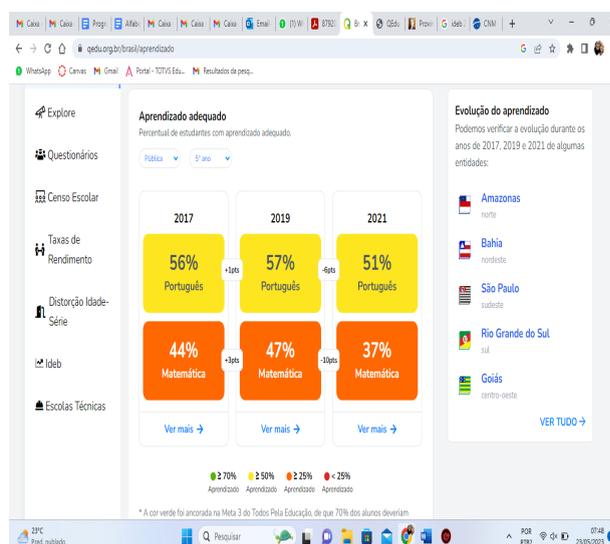
2 Ensino sistematizado, direto e explícito da língua escrita

Os indicadores de avaliação externa voltados para os níveis de proficiência leitora e escritora dos estudantes brasileiros apontam - há algum tempo - o fracasso da escola em garantir que todas as crianças aprendam a ler e a escrever na idade esperada. Notamos que a (quase) universalização da matrícula no Ensino Fundamental (estudantes na faixa etária de 6 a 14 anos) não foi acompanhada da democratização do acesso ao conhecimento, vez que a entrada na escola não significou o alcance de um ensino de qualidade.

Se tomarmos, por exemplo, a última edição da Prova Brasil que aconteceu em 2021, quando o Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP/MEC) realizou a avaliação nacional das turmas de 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino

Médio, notamos que pouco mais de 50% das crianças matriculadas nas turmas de 5º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras apresentaram o nível de aprendizagem esperado para este ano de escolarização obrigatória, como pode ser observado abaixo:

Figura 1: Percentual de estudantes com aprendizado adequado (SAEB, 2021)



Fonte: Disponível na página do QEDU, através do link: <https://qedu.org.br/brasil/aprendizado>, acesso em 23 de maio de 2023.

Alguns autores associam a baixa efetividade do ensino nas classes de alfabetização a algumas más interpretações da teoria da aprendizagem proposta pelas psicolinguistas Emilia Ferreiro e Ana Teberosky - a Psicogênese da Língua Escrita. Apesar de termos ganhos na área das pesquisas e no desenvolvimento das didáticas de alfabetização, depois da divulgação da Psicogênese no Brasil, notamos que interpretações equivocadas contribuíram para que os/as professores/as alfabetizadores/as deixassem de desenvolver uma prática de ensino explícito, direto e sistematizado da leitura e da escrita nas classes de alfabetização.

3 Metodologia

Esse trabalho apresenta os resultados de um projeto de extensão desenvolvido entre agosto de dezembro de 2022, que contou com a participação de 5 estudantes e 1 professora do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Jequié, bem como 4 professoras de classes de Ciclo de Alfabetização,

127 crianças matriculadas em turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, 1 gestora escolar e 1 coordenadora pedagógica.

Trata-se de uma investigação de abordagem qualitativa, do tipo pesquisa-formação, na qual adotamos como dispositivo de produção dos dados a análise documental, feita a partir das escritas das crianças e das anotações no diário de campo dos extensionistas referentes ao diagnóstico de leitura dos/das alfabetizandos/as.

A pesquisa-formação é:

[...] uma metodologia de pesquisa que se caracteriza pelo fato do pesquisador está implicado com a sua formação e com a aprendizagem de forma simultânea, isto é, ela não dicotomiza docência de pesquisa. Assim, todos os envolvidos na pesquisa formam e se formam, produzindo reflexões sobre a sua formação por meio das narrativas e do compartilhamento de sentidos. Ademais, a busca pela interpretação dos dados deve ser orientada pelas questões e objetivos de pesquisa, relacionando as noções com os aportes teóricos, sistematizando e analisando criticamente (SANTOS, 2014. p. 97-99).

Sob essa ótica, foi por meio da pesquisa-formação que pudemos simultaneamente - extensionistas do projeto - nos autoformar e realizar a investigação da prática docente que estávamos concretizando naquela unidade de ensino, ao utilizarmos o método sociolinguístico de alfabetização para ensinar as crianças a ler e escrever no contexto de retomada das aulas presenciais do período pós-pandêmico. Nesse contexto, os extensionistas ao mesmo tempo em que se formavam professoras/res alfabetizadoras/res, tinham a oportunidade de investigar a sua prática docente, numa perspectiva de construção dos saberes e de formação das próprias identidades profissionais.

4 Resultados e Discussão

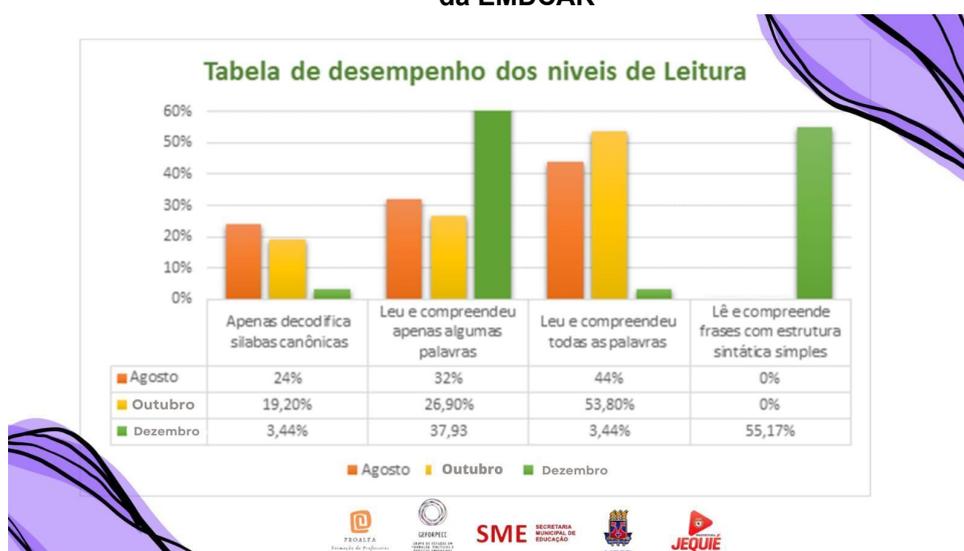
Os dados aqui apresentados retratam o acompanhamento que foi feito durante o processo de aprendizagem da leitura e da escrita de uma das turmas que foram contempladas com as ações do projeto de extensão. Trata-se de uma classe do Ciclo de Alfabetização, 3º ano C vespertino, da Escola Municipal Dr. Carlos Aguiar Ribeiro, que contava com 29 crianças, com faixa etária entre 8 e 9 anos de idade, dos quais 18 eram meninos e 11 eram meninas.

Desempenho da leitura

Abaixo traremos os dados, obtidos por meio do acompanhamento do diagnóstico realizado com a turma, a partir dos quais pudemos monitorar os níveis de aprendizagem da

leitura e da escrita das crianças ao longo do período de desenvolvimento do projeto. Salientamos que ao realizarmos o diagnóstico inicial das turmas - domínio do Sistema de Escrita Alfabética (SEA), leitura, escrita e produção textual - constatamos que a maioria das crianças estava com nível de proficiência em leitura e escritura distante do que era esperado para a idade delas, conforme preveem as diretrizes educacionais nacionais e as evidências científicas do campo de investigação que defendemos.

Figura 2: Tabela de desempenho dos níveis de leitura da turma do 3º ano C vespertino da EMDCAR



Fonte: Diagnósticos de leitura aplicados na turma do 3º ano C vespertino, da Escola Municipal Dr. Carlos Aguiar Ribeiro, produzido pelas extensionistas Adrielle Viana Ramos e Maria Luísa da Silva Braz, no período de agosto a dezembro de 2022.

Ao iniciarmos o trabalho de acompanhamento das crianças matriculadas na turma do 3º ano C, no mês de agosto de 2022, notamos que 56% ainda apresentavam um nível insuficiente de leitura (somente decodificavam sílabas canônicas; liam e compreendiam apenas algumas palavras), se considerarmos o ano de escolaridade delas e a possibilidade de já terem frequentado a escola há pelo menos 5 anos, sendo 2 na Educação Infantil (pré-escola) e 3 no Ensino Fundamental. Logo, notamos que a aprendizagem da leitura dessas crianças está muito aquém do que é esperado, conforme prevê a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017, p. 89-90):

[...] é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize. Isso significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Nesse processo, **é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura** – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, **consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras)**, o que envolve o **desenvolvimento de uma consciência**

fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o **conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos** (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do **estabelecimento de relações grafofônicas** entre esses dois sistemas de materialização da língua [grifos nossos].

Do exposto, a BNCC (BRASIL, 2017) propõe que, ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, as crianças já conheçam o alfabeto, tenham a consciência fonológica desenvolvida e estabeleçam as relações letras-som/som-letras, sendo, desta forma, consideradas alfabetizadas, no que tange à faceta linguística da alfabetização. Ou seja, na acepção estrita de tal processo, refere-se ao domínio das habilidades de ler e escrever. Se compararmos o que é proposto pela BNCC, com os resultados obtidos por meio da realização do diagnóstico inicial de leitura da turma do 3º ano C, resta evidente que, em agosto de 2022, mais da metade das crianças ainda estava em uma fase inicial do processo de aprendizagem da leitura, vez que tal habilidade já deveria ter sido consolidada desde o final do 2º ano do EF.

Ao retomarmos a análise do gráfico do diagnóstico de leitura, observamos que no mês de dezembro de 2022, quando estávamos finalizando o trabalho do projeto de extensão com as crianças, 58,61% delas já tinham alcançado um nível de aprendizagem da leitura mais próximo do esperado, vez que já conseguiam ler e compreender todas as palavras ou ler e compreender frases com estrutura sintática simples. Reiteramos que as habilidades de leitura e escrita já deviam ter sido consolidadas por estas crianças desde o final do 2º ano do Ensino Fundamental. Porém, dado que o período de escolarização obrigatória destas crianças foi atravessado pela pandemia da COVID-19 e por reconhecermos a dificuldade que as escolas públicas brasileiras enfrentaram para assistir a esses educandos no período do isolamento social, podemos compreender alguns dos motivos que levaram tais crianças a não concluírem o processo de alfabetização na idade esperada.

Em se tratando do ensino da língua escrita para as crianças das escolas públicas brasileiras, concordamos – junto às professoras alfabetizadoras do município de Lagoa Santa-MG – com a perspectiva teórico-metodológica pactuada e consolidada pela Professora Magda Soares, ao demonstrarmos que é possível alfabetizar e letrar todas as crianças na idade esperada, tendo o texto como eixo da proposta curricular. Por meio das Metas de Progressão do Alfaetrar, é possível acompanhar e monitorar o processo de aprendizagem inicial da leitura e da escrita das crianças, assegurando que elas se alfabetizem na idade esperada, aprendam o que é necessário em cada ano de escolarização obrigatória, aprofundem estas aprendizagens, tornando-se plenamente alfabetizadas.

Figura 3: Representação gráfica dos componentes das Metas de Progressão do Alfaletrar



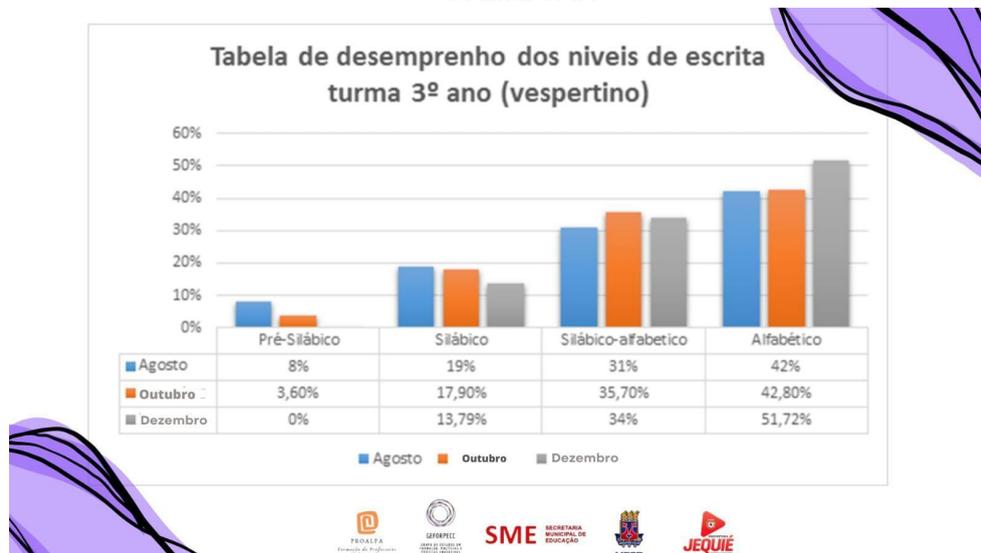
Fonte: Disponível em “Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever” (SOARES, 2020, p. 294).

A partir da representação gráfica dos componentes das Metas de Progressão do Alfaletrar, notamos que a proposta curricular visa garantir a *continuidade* e a *integração* das aprendizagens que devem ser consolidadas pelas crianças desde a Pré-escola até o 3º ano do Ensino Fundamental (SOARES, 2020).

Desempenho da escrita

Outro aspecto que pudemos acompanhar e monitorar durante o desenvolvimento das ações do projeto de extensão diz respeito ao processo de aprendizagem inicial da escrita das crianças matriculadas na turma do 3º ano C. Já no diagnóstico inicial, realizado em agosto de 2022, constatamos que 58% das crianças ainda não haviam alcançado a escrita alfabética, o que já era para ter ocorrido desde o final do 2º ano do Ensino Fundamental, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:

Figura 4: Tabela de desempenho dos níveis de escrita da turma do 3º ano C vespertino da EMDCAR



Fonte: Diagnósticos de escrita aplicados na turma do 3º ano C vespertino, da Escola Municipal Dr. Carlos Aguiar Ribeiro, produzido pelas extensionistas Adrielle Viana Ramos e Maria Luísa da Silva Braz, no período de agosto a dezembro de 2022.

Ao consultarmos as Metas de Progressão propostas pelo Alfalettrar (SOARES, 2020), no que tange à escrita do tipo alfabética feita pelas crianças, observamos que tal proposta curricular aponta que:

O objetivo de incentivar e orientar essa evolução desde a educação infantil é que a criança, já compreendendo bem a relação fala-escrita, tenha condições de atingir o *ponto de chegada*, a aprendizagem das relações fonemas-letras, tornando-se *alfabética*. Isso depende do desenvolvimento da *consciência fonêmica*, mais apropriadamente denominada de *consciência grafonêmica*, já que as relações fonemas-letras (ou fonemas-grafemas) são interdependentes e ocorrem simultaneamente [...] (SOARES, 2020, p. 113, grifos da autora).

Por meio das Metas de Progressão do Alfalettrar, compreendemos que é necessário que as crianças, desde a Educação Infantil, sejam incentivadas a usar a língua escrita, bem como orientadas sobre o funcionamento do SEA. Desse modo, é imprescindível que nas classes de pré-escola e nas turmas de 1º e 2º anos do EF a professora proporcione situações didáticas em que as crianças possam conhecer as letras do alfabeto, desenvolver a consciência fonológica, adquirir e consolidar a consciência fonêmica, as quais são aprendizagens essenciais na direção da produção da escrita alfabética. Com base na Figura

2 (representação gráfica dos componentes das Metas de Progressão do Alfabético), espera-se que ao final do 2º ano do EF as crianças já tenham desenvolvido e consolidado a consciência fonêmica, tratando-se de uma condição *sine qua non* para a produção de escritas alfabéticas.

Ainda na Figura 3, observamos que no mês de dezembro de 2022 – passados quatro meses do início das atividades do projeto de extensão – 51,72% tinham alcançado uma escrita alfabética, 34% apresentavam escrita silábico-alfabética e 13,79% escrita silábica. Fica patente o quanto as crianças avançaram durante este período em que pese o fato de tanto a BNCC (BRASIL, 2017) quanto às Metas de Progressão (SOARES, 2020) preverem que as crianças devem alcançar a escrita alfabética até o 2º ano do EF –, no qual os extensionistas adotaram o método sociolinguístico de alfabetização para ensinar as crianças a ler e a escrever, além de todo o trabalho de mediação que era feito individualmente com aquelas que apresentavam algum grau de dificuldade na aprendizagem.

5 Considerações Finais

Ao final desta investigação, pudemos constatar que o método sociolinguístico de alfabetização cooperou significativamente para a elevação dos níveis de proficiência em leitura e escrita das crianças matriculadas na classe de 3º ano C vespertino, da EMDCAR, ressaltando que este trabalho foi desenvolvido durante 6 meses, período de vigência do projeto de extensão. No tocante à leitura, ao finalizarmos o trabalho com as crianças, 58,61% delas já tinham alcançado um nível de aprendizagem da leitura mais próximo do esperado, vez que já conseguiam ler e compreender todas as palavras ou ler e compreender frases com estrutura sintática simples.

Em se tratando da escrita, 51,72% tinham alcançado uma escrita alfabética, 34% apresentavam escrita silábico-alfabética e 13,79% escrita silábica. É notório, portanto, o quanto as crianças avançaram durante este período, quando os extensionistas adotaram o método sociolinguístico de alfabetização para ensinar as crianças a ler e a escrever, além de todo o trabalho de mediação que era feito individualmente com aquelas que apresentavam algum grau de dificuldade na aprendizagem.

Com os resultados encontrados, pudemos constatar que o projeto, além de ter cooperado com a elevação dos níveis de proficiência de escrita e leitura das crianças, contribuiu com outros aspectos, a saber: o processo de desenvolvimento profissional das professoras da educação básica; o fortalecimento do vínculo da Universidade com a escola pública; a aproximação da família com a escola; e, ainda, a qualificação do processo de formação inicial dos/das licenciandos/as, os quais tiveram a oportunidade de vivenciar uma

experiência de preparação profissional por dentro da escola pública.

Referências

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1998.

FERRARO, Alceu Ravanello. Alfabetização no Brasil: problema mal compreendido, problema mal resolvido. In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (orgs.). **Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?** São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 65-90.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

MENDONÇA, Onaide Schwartz; KODAMA, Katia Maria Roberto de Oliveira. Alfabetização: por que a criança não aprender a ler e escrever? **Revista IberoAmericana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.11, n. esp. 4, p. 2448-2464, 2016. Disponível em: . E-ISSN: 1982-5587.

QEdU. **Percentual de estudantes do 5º ano matriculados em escolas públicas brasileiras com aprendizado adequado, SAEB (2021)**. Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil/aprendizado>. Acesso em 23 mai.2023.

SANTOS, Edméa. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Santo Tirso: White Books, 2014.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. 1. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

SOARES, Magda. **Alfaetrar: toda criança pode aprender a ler e escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.